



**CONTRATO Nº/2024
PAD 8424/2019**

**ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa**
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do **Pregão Eletrônico n.º /.....**, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em -....., situada na Rua, nº....., Bairro, CEP, e-mail:, telefone, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização por meio de locação e instalação de equipamentos multifuncionais, sistema de gerenciamento, monitoramento, gestão de ativos e contabilização (bilhetagem) de documentos impressos, copiados e digitalizados, treinamento dos usuários, além do fornecimento de todos os suprimentos (exceto o papel) e suporte técnico necessário ao pleno funcionamento da solução, com vistas a atender as necessidades de impressão e digitalização do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 - A especificação dos serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 - A contratação se caracteriza pelo regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 - Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, dos demais anexos e deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser efetuadas pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

4.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

4.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.4 - DA SUSTENTABILIDADE:

4.4.1 - A contratada deverá fornecer, em 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.

4.4.2 - É responsabilidade da contratada obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final resultante de consumíveis dos equipamentos locados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se; o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez anos) nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou rescindido antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES: 167772;
Elemento de despesa:;
Nota de Empenho, de .../.../2024;
Categoria econômica: Custeio;
Código SIASG: 26786.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ (.....), estando incluso nesse valor quaisquer despesas com impostos inerentes à contratação.

FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS E CONSUMÍVEIS

Equipamento	A = Quantitativo	Descrição dos Equipamentos ofertados (marca, modelo etc.)	B = Preço unitário mensal (R\$)	C = (A x B) Preço total mensal do Item R\$
Tipo “I” - MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4 – com software de gerenciamento de impressão e bilhetagem	35 unidades			
Tipo “II” - MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4 - com software de gerenciamento de impressão e bilhetagem	10 unidades			
Tipo “III” - MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA A4 - com software de gerenciamento de impressão e bilhetagem	15 unidades			
SUBTOTAL 1				

GESTÃO DE PÁGINAS IMPRESSAS, COPIADAS E DIGITALIZADAS

Impressão	D = Estimativa mensal de impressões	E = Preço por página impressa R\$	F = D x E =Preço Total mensal do Item R\$
-----------	-------------------------------------	-----------------------------------	---

Monocromática - equipamento tipos "I" e "II"	90.478		
Policromática - equipamento tipo "III"	4.782		
SUBTOTAL 2			

OBS.: As transmissões de documentos via fac-símile e a digitalização de documentos não serão remuneradas; apenas as impressões efetuadas.

G = PREÇO TOTAL MENSAL (subtotal 1 + subtotal 2)	R\$ _____
---	------------------

VALOR TOTAL - PARA 36 (TRINTA E SEIS) MESES = G x 36 = R\$.....
--

7.1.1 - A forma de pagamento à empresa CONTRATADA será mensal, considerando o custo fixo de cada impressora mais a quantidade de impressões efetuadas multiplicada pelo preço contratado por página impressa.

7.1.2 - A CONTRATADA somente poderá dar início ao faturamento dos serviços após cumpridas todas as exigências referentes à implantação e concluída a primeira prestação mensal efetiva do objeto do contrato:

7.1.2.1 - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial – inclusive os proporcionais (pro rata die);

7.1.2.2 - O valor cobrado deverá contemplar toda mão de obra, transportes, equipamentos, acessórios, tributos, encargos de natureza fiscal e os demais custos inerentes ao objeto contratual, refletidos no valor de mão de obra ou atendimento registrados;

7.1.2.3 Os valores apurados serão apresentados ao Fiscal do Contrato, juntamente com o contador físico de número de cópias de cada impressora, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços e serão aprovados, total ou parcialmente, até o 6º (sexto) dia útil do mesmo mês;

7.1.2.4 - A aprovação dos relatórios apresentados acompanhará a fatura dos serviços.

7.1.3 - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, abaixo, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos constantes deste Contrato e do Termo de Referência - Anexo I.

7.1.4 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

7.1.4.1 - Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho, na Rotina de Execução e demais exigências deste Contrato e seus anexos, conforme a relação de ocorrências abaixo:

Relação de ocorrências	
1	Atraso na entrega do cronograma de implantação (para cada dia de atraso na entrega do cronograma corresponderá a 1 ocorrência; após 4 dias de atraso será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)

2	Atraso na instalação e configuração dos equipamentos (para cada dia de atraso na implantação do serviço corresponderá a uma ocorrência; após 15 dias de atraso será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
3	Deixar de ministrar a passagem do conhecimento dentro das condições previstas em contrato (para cada item descumprido corresponderá a uma ocorrência)
4	Deixar de substituir equipamento defeituoso em até 24 horas contadas do fim do prazo da manutenção corretiva (para cada 24 horas de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
5	Atraso no envio e/ou coleta de suprimentos (cada dia de atraso no envio e/ou coleta de cada suprimento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de dois dias, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
6	Atraso no cumprimento do prazo previsto em contrato para realizar o primeiro atendimento (para cada 4 horas de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
7	Atraso no cumprimento do prazo previsto em contrato para solucionar os chamados (para cada 6 horas de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
8	Deixar de executar a manutenção preventiva como: limpeza externa, limpeza interna, limpeza do caminho do papel, do rolo de coleta, da área do cartucho (para cada mês de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de dois meses, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
9	Deixar de executar a instalação, desinstalação, remanejamento e realocação de equipamentos durante a vigência contratual corretiva (para cada 1 dia útil de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 2 dias úteis, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
10	Atraso para solucionar defeito na configuração do servidor de impressão (para cada 8 horas de atraso corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
11	Deixar de apresentar quaisquer relatórios solicitados neste Termo de Referência dentro do prazo previsto (para cada 24 horas de atraso na apresentação de cada relatório corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
12	Falha na comunicação entre a contratada e o TRE/PR, decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico (para cada dia de falha constatada corresponderá a uma ocorrência)
13	Atraso em reestabelecer o software de gerenciamento (para cada 24 horas de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
14	Atraso em corrigir falhas nos softwares básicos pré-instalados (para cada 08 horas de atraso por equipamento corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de 48 horas, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)
15	Deixar de prestar quaisquer das informações solicitadas pelos gestores e/ou fiscais da contratação, no prazo previsto no Termo de Referência (para cada dia útil de atraso em prestar as informações solicitadas corresponderá a uma ocorrência; limitado a um atraso de dois dias úteis, após, será aplicada a penalidade de multa sem prejuízo da apuração do IMR)

7.1.4.2 - Diante dos dados constantes na “Relação de Ocorrências”, a CONTRATANTE promoverá a tabulação dos mesmos de modo a identificar o percentual de ajuste que deverá ser aplicado ao preço contratual;

7.1.4.3 - As ocorrências deverão ser somadas conforme instruído na “Relação de Ocorrências”, independentemente do tipo de infração;

7.1.4.4 - Na tabela de “Faixas de Ajuste no Pagamento” para cada quantidade de ocorrências apuradas sempre haverá uma correspondência no valor do pagamento.

7.1.4.5 - Segue tabela a ser utilizada para apuração das faixas de ajuste no pagamento/efeitos remuneratórios referente à apuração do IMR:

Faixas de Ajuste no Pagamento / Efeitos Remuneratórios	
Ocorrências	Pagamento
Somatório de ocorrências menor ou igual a 2	Pagamento de 100% do valor da nota
Somatório de ocorrências maior ou igual a 3 e menor ou igual a 10	Pagamento de 95% do valor da nota
Somatório de ocorrências maior ou igual a 11 e menor ou igual a 20	Pagamento de 90% do valor da nota
Somatório de ocorrências superior a 21	Pagamento de 80% do valor da nota

7.1.4.6 - A contratada deverá indicar endereço de correio eletrônico para fins de recebimento de comunicações relativas aos registros feitos pela fiscalização quanto ao Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

7.1.4.6.1 - É de responsabilidade da contratada a manutenção do endereço de correio eletrônico indicado, considerando-se como lida a mensagem a partir do dia útil imediatamente posterior ao envio.

7.1.4.7 - Todas as ocorrências apontadas pela fiscalização serão encaminhadas, via correspondência eletrônica, à empresa contratada com cópia para o gestor do contrato e para a Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática.

7.1.4.8 - O fiscal deverá emitir relatório apontando o número total de ocorrências ao final de cada mês, com encaminhamento à empresa contratada, até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente.

7.1.4.9 - A empresa emitirá a nota fiscal com o valor que esteja em conformidade com o relatório encaminhado pelo fiscal, com base na tabela disposta no item 7.1.4.1 acima.

7.1.4.10 - A aprovação dos relatórios apresentados acompanhará a fatura dos serviços.

7.2 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.2.1 - O pagamento será efetuado de acordo com os serviços efetivamente executados dentro do mês, após a entrega do serviço e do recebimento definitivo pelo gestor do contrato.

7.2.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.3 Após aprovação formal do TRE-PR, o documento de cobrança deverá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço coinf@tre-pr.jus.br, em formato “.pdf”, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná;

7.4 - O CNPJ da Contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.5 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.6 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada é de **até o 10º (décimo) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

7.7 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

7.7.1 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

7.7.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.8 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.9 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

7.9.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.10 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo(s).

7.11 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.13 - Da regularidade fiscal:

7.13.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.13.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.13.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.13.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.13.2.1 - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do **orçamento estimado**, em 15/01/2024.

8.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, e **independentemente de pedido da contratada**, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nos termos do artigo 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA: GARANTIA (Art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021)

9.1 - A garantia contratual apresentada pela CONTRATADA com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações quanto à execução contratual, será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria.

9.1.1 - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL**, com pagamento de eventuais multas aplicadas em regular processo administrativo, sendo que, deverá estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

9.1.2 - Para fins de execução da cobertura de Execução Contratual, a comunicação do sinistro será efetivada quando da abertura do processo administrativo junto à CONTRATADA, e a execução da garantia dar-se-á quando da decisão final, condenatória, exarada pelo CONTRATANTE, que poderá ultrapassar a vigência da apólice, desde que o comunicado de sinistro tenha sido efetivado previamente ao termo final.

9.2 - Para cumprimento das obrigações, a contratada apresentou garantia contratual na modalidade de, que ficará sob custódia do TRE/PR, no valor de **R\$** (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, ou seja, até ____/____/____.

9.3 - A devolução da garantia ocorrerá após o termo final do contrato, em até 10 (dez) dias e ficará condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive pagamento de eventuais multas aplicadas em regular processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

10.2 - Quanto ao recebimento do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência – Anexo I.

10.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade na prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

10.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

10.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa;

10.6 - Após a vigência de 1(um) ano, caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

11.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.1 - Conforme o disposto no item 11.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

11.2.1.1 - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

Ação	Descrição	Medidas Corretivas
1-irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso; 2-Atraso em apresentar quaisquer documentos acessórios ao objeto. 3-Falta de retorno às comunicações do TRE; 4-Atraso em dar início aos serviços, a partir da data acordada com o TRE; 5-Encaminhar nota fiscal em desacordo.	Descumprimentos	Advertência

11.2.1.2. - MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

Ação	Graduação da sanção	Descrição	Dosimetria e base de incidência
1) Deixar de cumprir os prazos previstos para: I atendimento e solução de problemas, II substituição de equipamento defeituoso, III. coleta e/ou substituição de suprimentos, IV executar a instalação, desinstalação, remanejamento e realocação de equipamentos, V reestabelecer o software de gerenciamento, VI corrigir falhas nos softwares básicos pré-instalados, VII solucionar defeito na configuração do servidor de impressão, conforme itens 2.2.3.3, 4.2.5. 4.2.6, 4.2.7, 4.2.7.1, 4.2.13, 4.2.14, 4.2.15, 4.2.16, 4.2.17, 4.2.26, 4.2.27, do Termo de Referência, por item e por ocorrência	MÉDIA	Superior a 02 (dois) dias corridos de atraso	Multa de 0,2% sobre o valor mensal estimado do contrato por dia de atraso
	GRAVE	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

2) Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega do cronograma de implantação conforme item 2.4.1 do Termo de Referência.	MÉDIA	Superior a 04 (quatro) dias corridos de atraso	Multa de 0,01% sobre o valor contratual por dia de atraso
	GRAVÍSSIMA	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso, resultando na decisão administrativa de extinção contratual.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
3) Deixar de cumprir o prazo previsto para instalação e configuração dos equipamentos conforme previsto no item 2.5.1 do Termo de Referência.	MÉDIA	Superior a 15 (quinze) dias corridos de atraso	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	GRAVÍSSIMA	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso, resultando na decisão administrativa de extinção contratual.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
4) Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 4.2.18 do Termo de Referência, por ocorrência	MÉDIA	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,01% sobre o valor contratual por dia de atraso
	GRAVE	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	1,5% (um, vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato
5) Deixar de apresentar relatórios, conforme itens 2.2.4.4, 2.2.4.4.1, 2.2.4.4.2, 4.2.21, 4.2.21.1, 11.2.3 do Termo de Referência, por ocorrência	MÉDIA	Superior a 02 (dois) dias corridos de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor mensal estimado do contrato por dia de atraso
	GRAVE	Não entrega de quaisquer dos relatórios	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato
6) Deixar de executar a manutenção preventiva conforme itens 4.2.19, 4.2.20 do Termo de Referência	MÉDIA	Superior a 02 (dois) meses de atraso	5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato
	GRAVE	Superior a 3 (três) meses de atraso	1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato
	GRAVÍSSIMA	Não executar a manutenção preventiva	3% (três por cento) sobre o valor total do contrato
7) Deixar de cumprir os prazos para comunicar a Contratante conforme previsto nos itens 2.2.3.3.1, 8.1.8 e 8.1.12 do Termo de Referência por ocorrência	GRAVE	Superior a 02 (dois) dias corridos de atraso	2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato
8) Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços, que implique extinção da contratação. Inadimplemento total do contrato.	GRAVÍSSIMA	-	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

9) Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência;	GRAVE	-	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
10) Descumprimento ¹ reiterado às obrigações das normas de sustentabilidade, estipuladas no presente instrumento. ¹ Para fins de reincidência serão considerados 4 (quatro) descumprimentos de mesma natureza.	MÉDIA	-	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato.
11) Deixar de emitir ou encaminhar documento imprescindível ao pagamento.	MÉDIA	-	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato.
12) Deixar de manter o sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante.	MÉDIA	-	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato.
13) Reincidência ¹ de descumprimentos contratuais ensejadores de aplicação de penalidades e pelo atraso em apresentar a GARANTIA CONTRATUAL. ¹ Para fins de reincidência serão considerados 4 (quatro) descumprimentos de mesma natureza.	MÉDIA	-	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato.
14) Pela recusa em substituir equipamentos com mais de 3 chamados técnicos solicitados num período de 30 dias corridos.	GRAVE	-	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.

11.3 - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

b) inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

11.4 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

11.5 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

11.6 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

11.8 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

11.9 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.10 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

11.10.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

11.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.12 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.13 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.14 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Ficará o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2024.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral – TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.